



55

Reunião ordinária pública**Data: 2023-01-09****Início: 09.30 horas****Local: Cidade de Tomar, no Salão Nobre do edifício dos Paços do Concelho****Termo: 11.44 horas****Presenças:**

Presidente	Anabela Gaspar de Freitas
Vereadores	Hugo Renato Ferreira Cristóvão
	Maria de Lurdes Ferromau Fernandes
	Filipa Alexandra Ferreira Fernandes
	Tiago Manuel Henriques Ferreira Carrão
	Luís António Antunes Francisco
	Hélder Duarte Henriques

Secretária da reunião – Avelina Maria Lopes Leal**Da Ordem do Dia constavam os seguintes assuntos:-----****BALANCETE -----****PROPOSTAS:-----****PROPOSTAS DA PRESIDENTE:-----****N.º 01 – TARIFÁRIO DA TEJO AMBIENTE, EIM, SA PARA O ANO DE 2023
(57/PPRC/PR/2022)-----****N.º 02 – PROTOCOLO GENÉRICO DE PARTICIPAÇÃO PELA EXECUÇÃO DE
TRABALHOS DE REPAVIMENTAÇÃO DE VIAS, NÃO COFINANCIADOS E EXECUTADOS
NO ÂMBITO DAS EMPREITADAS DE SANEAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS DA TEJO
AMBIENTE, EIM, SA (56/PPRC/PR/2022)-----****N.º 03 – CEDÊNCIA DO AUTOCARRO NO MÊS DE DEZEMBRO DE 2022
(35/PGEN/PR/2022 - 15/DIVER/PR/2013) -----****INFORMAÇÕES: -----****INFORMAÇÃO DA PRESIDENTE:-----****N.º 04 – COMPETÊNCIAS DA CÂMARA MUNICIPAL DELEGADAS POR DELIBERAÇÃO
DE 20 DE OUTUBRO DE 2021 (1/PPRC/PR/2023)-----****DEPARTAMENTO DE OBRAS MUNICIPAIS: -----**



N.º 05 - PLANO DE CEDÊNCIA DE EQUIPAMENTOS ÀS JUNTAS DE FREGUESIA NO ANO DE 2023 (1145/AQBS/DOM/2022)-----

N.º 06 – EMPREITADA DE RECUPERAÇÃO/REQUALIFICAÇÃO DA IGREJA DE SÃO JOÃO BAPTISTA EM TOMAR (1.ª FASE) – atas das reuniões de segurança (342/PGEN/DOM/2021 - 13/CONPUB/DOM/2021)-----

N.º 07 – EMPREITADA DE REQUALIFICAÇÃO DOS ESPAÇOS EXTERIORES DA RUA CORONEL GARCÊS TEIXEIRA E AVENIDA DR. AURÉLIO RIBEIRO – atas das reuniões de segurança (40/PGEN/DOM/2022 - 23/CONPUB/DOM/2019)-----

DIVISÃO DE ASSOCIATIVISMO, DESPORTO E JUVENTUDE:-----

N.º 08 - UTILIZAÇÃO DE INSTALAÇÕES DESPORTIVAS MUNICIPAIS - Associação Luso Brasileira de Grappling (7943/ENTE/DAJA/2022 - 1/APOIOS/DADJ/2019)-----

DIVISÃO DE EDUCAÇÃO, INTERVENÇÃO SOCIAL E AMBIENTE:-----

N.º 09 – PREÇO DE VENDA DE PUBLICAÇÕES (13/PPRC/DEISA/2022 - 9/DIVER/DTC/2019)

DIVISÃO DE GESTÃO DO TERRITÓRIO:-----

N.º 10 – LICENCIAMENTO DE CONSTRUÇÕES – isenção de taxas (368/RJUE/DGT/2022 - 597/EDIF/DGT/2022)-----

DIVISÃO DE PROTEÇÃO CIVIL:-----

N.º 11 – CANIL/GATIL INTERMUNICIPAL DE TOMAR - PROTOCOLO COM A ASSOCIAÇÃO PROTETORA DOS ANIMAIS DA REGIÃO DO RIBATEJO (APAR) (1/PPSR/GMV/2022)-----

N.º 12 – CENTRO DE RECOLHA OFICIAL DE ANIMAIS DE TOMAR E FERREIRA DO ZÊZERE - PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO COM O MUNICÍPIO DE FERREIRA DO ZÊZERE (45/PGEN/GMV/2022)-----

DIVISÃO DE TURISMO E CULTURA:-----

N.º 13 – CENTRO DE ESTUDOS EM FOTOGRAFIA DE TOMAR (CEFT) - Plano de Atividades para o ano 2023 (8115/ENTE/DAJA/2022 - 6/DIVER/DTC/2018)-----

EXPEDIENTE:-----

N.º 14 - PLANO DE ATIVIDADES E ORÇAMENTO DA ADIRN PARA O ANO DE 2023 (8129/ENTE/DAJA/2022 - 14/ENTEXT/PR/2013)-----

N.º 15 – UTILIZAÇÃO DO AUTOCARRO MUNICIPAL – União Futebol Comércio e Indústria de Tomar (5716/ENTE/DAJA/2022 - 15/DIVER/PR/2013)-----

N.º 16 – UTILIZAÇÃO DO AUTOCARRO MUNICIPAL – Junta de Freguesia de Paialvo (7363/ENTE/DAJA/2022 - 15/DIVER/PR/2013)-----



N.º 17 – UTILIZAÇÃO DO AUTOCARRO MUNICIPAL - Associação Juvenil Ucraniana CYM em Portugal (33/PGEN/PR/2022 - 15/DIVER/PR/2013)-----

Sendo nove horas e trinta minutos, a Sra. Presidente declarou aberta a reunião e deu início ao período de atendimento do público:-----

Esteve presente a Sra. Lucinda Silva Ferreira de Sousa Lopes reiterando a necessidade de colocação de iluminação pública na rua onde reside, na localidade de Pai Cabeça, União das Freguesias de Serra e Junceira.-----

Em resposta, a Sra. Presidente informou que o pedido apresentado, e reforçado pelo Sr. Presidente da Junta de Freguesia, foi encaminhado para a E-Redes, a quem cabe a execução da extensão da rede de iluminação pública, para posterior colocação do BIP no local já georreferenciado. -----

A Sra. Lucinda Lopes referiu que tem um poste à porta e só precisa de uma lâmpada. ---

Em resposta, a Sra. Presidente referiu que a sua resposta está alicerçada na informação prestada pelos serviços, sugerindo a deslocação da senhora ao Departamento de Obras Municipais para reportar a situação ao Sr. Diretor daquele Departamento e ser esclarecida. ----

A sugestão foi aceite e a munícipe foi acompanhada àqueles serviços, para completa informação e esclarecimento. -----

Terminado o período de atendimento do público, deu-se início ao “Período de Antes da Ordem do Dia”, tendo sido aprovado o seguinte voto de reconhecimento e proferidas as seguintes intervenções: -----

VOTO DE RECONHECIMENTO A EMPRESAS “PME EXCELÊNCIA” DO CONCELHO DE TOMAR -----

O estatuto PME Excelência é atribuído anualmente pelo IAPMEI e, no caso das empresas do Turismo, pelo Turismo de Portugal, em parceria com um conjunto de bancos parceiros e as sociedades de garantia mútua. -----

Trata-se de um selo de reputação que permite às empresas relacionarem-se com a sua envolvente - fornecedores, clientes, sistema financeiro e autoridades nacionais e regionais - numa base de confiança facilitadora do desenvolvimento dos seus negócios. Para empresas exportadoras e com ambição internacional, o estatuto PME Excelência é particularmente relevante, constituindo um fator de diferenciação e uma garantia de solidez e idoneidade das empresas. -----

As PME Excelência são selecionadas a partir do universo das PME Líder, num justo reconhecimento do mérito e do contributo para os resultados da economia das PME que



"evidenciaram os melhores desempenhos e indicadores de gestão e marcam a capacidade competitiva", criando condições acrescidas de visibilidade para estas empresas de perfil superior.-----

Do concelho de Tomar, foram distinguidas 24 empresas como PME Líder do ano 2021, às quais, a Câmara Municipal aprovou, em deliberação de 25 de julho de 2022, sob proposta do PSD, um voto de reconhecimento pelo trabalho desenvolvido e resultados atingidos. -----

Agora, ao serem conhecidas as empresas PME Excelência do ano 2021, verifica-se que daquelas 24 empresas Líder do concelho de Tomar, a 8 foi atribuído o estatuto PME Excelência, a saber: -----

- Fullmachine, Lda. -----
- Gracinda dos Santos Silveira Leal Mourisca -----
- J. J. M. Esperança, Lda.-----
- Justino Louro Fernandes & Filhos, Lda. -----
- Ninho do Falcão – Atividades hoteleiras, Lda. -----
- Perdicampo – Produção e Comercialização de Aves de Caça, Lda. -----
- Sociedade Destilação da Longra, Lda. -----
- Templar Aço, Lda.-----

Assim, a Câmara Municipal de Tomar, por proposta dos Vereadores do PSD, deliberou, por unanimidade, aprovar um voto de reconhecimento às referidas empresas pelo trabalho desenvolvido e resultados atingidos. -----

A Sra. Vereadora Filipa Fernandes deu nota que o Município terá um stand na Feira Internacional de Turismo, que se realiza em Madrid, no período de dezoito a vinte e dois de janeiro, para promoção do concelho. -----

A Sra. Vereadora Lurdes Fernandes passou a abordar as obras em curso na rua Coronel Garcês Teixeira, em conformidade com um projeto datado de dois mil e dezassete, tendo por objetivo, a par de outras obras a executar na Várzea Grande, na avenida Nuno Álvares Pereira e na rua Torres Pinheiro, dar nova centralidade à cidade de Tomar, sendo certo que, nalguns aspetos, por exemplo em termos de ciclovias, se verificam situações aberrantes, em particular na avenida Nuno Álvares Pereira. Referiu que é um problema que o Partido Socialista de Tomar imponha as suas decisões à população e adote soluções que lhe são prejudiciais, e que são irreversíveis, como aconteceu, desde início, ao nível do estacionamento, na Várzea Grande; na avenida Nuno Álvares Pereira, depois da obra concluída, tiveram que proceder à retirada de árvores; agora, na rua Coronel Garcês Teixeira, falha tudo em termos de funcionalidade;



operou-se o estreitamento das vias e a circulação de viaturas pesadas, incluindo autocarros, e de prestação de socorro, ou mesmo uma qualquer avaria, irá provocar o caos e a impossibilidade de circular naquela artéria de acesso à cidade, onde estão localizados vários estabelecimentos de ensino; em termos de estacionamento, opera-se a redução de mais de quarenta por cento dos lugares e não se sabe para onde se pretende empurrar quem reside e se desloca para esta zona da cidade, sendo certo que são os tomarenses que pagam os impostos e financiam, mas são ignorados. Referiu que os trabalhos complementares desta obra já ultrapassam os trezentos e vinte mil euros e, tendo conclusão prevista para o próximo dia onze, é exetável que derrape também em termos de prazo, e há falta de decisão do dono da obra, e, nalguns casos, também de bom senso; em termos técnicos, a plataforma elevada no entroncamento com as traseiras da rua Diogo de Arruda, em frente ao Jardim de Infância de Tomar, destinar-se-ia à passagem de peões e à acalmia de trânsito, mas a verdade é que, na cidade, essas plataformas andam a ser demolidas, sob pretexto de serem de difícil manutenção e serem perigosas, com a agravante de estar mal construída e poder provocar danos nas viaturas; no cruzamento dos semáforos, qualquer viatura bate no lancil ao curvar, como já é visível, e, para além dos danos nos pneus, podem também ocorrer danos nas rodas, devido à pressão; são problemas reais e é preciso saber como e quando vão ser ultrapassados. -----

O Sr. Vereador Hugo Cristóvão referiu que, de início, pode não ter sido bem comunicado pela governação o verdadeiro propósito das obras realizadas, sendo certo que o mais importante não são operações de cosmética urbana, mas antes promover a substituição das condutas de água, de gás, de saneamento e de eletricidade, algumas das quais têm dezenas e dezenas de anos, e originam muitos problemas, tendo-se aproveitado para intervir ao nível da superfície, sempre na lógica de melhorar os passeios, e a mobilidade e segurança dos peões, e, também, de mudar a forma de vivência das pessoas; a rua Coronel Garcês Teixeira serve um estabelecimento escolar com grande afluência, para além de uma série de outros que existem nas proximidades, e procura-se reduzir a circulação naquele eixo a quem tenha mesmo que o fazer - até porque há outras vias com melhores condições para o trânsito que acede ou sai da cidade - e aumentar a segurança - está mais do que estudado que diminuindo a via, se aumenta a segurança, porque as pessoas vão ter que reduzir a velocidade; a plataforma insere-se também nesse espírito e só depois de colocada a camada final do piso estarão em condições de avaliar em definitivo uma eventual necessidade de redução da altura. Garantiu que o número de lugares de estacionamento fica praticamente igual, mudando



60

apenas os locais, sendo certo que, no troço em frente ao jardim de infância e ao pavilhão, há uma perda de lugares. No que se refere à avenida Nuno Álvares Pereira, referiu que, apesar de, em tempos, no âmbito de outras intervenções, ter sido definida a avenida António Fonseca Simões como a via principal de acesso à cidade (com separador central e duas faixas em cada sentido), não se perdeu o hábito de entrar por esta rua comercial, onde a velocidade devia ser mais baixa e só devia circular quem precisasse de o fazer, como se pretende e se tenta conseguir, sendo natural que, de início, exista alguma incompreensão face a uma ou outra alteração, ou, como se está a fazer na obra da rua Coronel Garcês Teixeira, se avalie, de forma muito focada, uma pequena parcela e não o todo. Referiu que compreende esta forma de oposição, no fundo a pensar no texto que sairá nos jornais, mas seria mais interessante se pudessem discutir e discordar com verdade na base. Deu nota de que já estão a circular os seis novos autocarros elétricos, mas ainda em fase de teste, para avaliar se as baterias vão suportar a carga horária diária e se será possível alargar os circuitos dos transportes urbanos.

Em resposta, a Sra. Vereadora Lurdes Fernandes referiu que, hoje os carros, são muito baixos e vão existir problemas em todas as entradas e saídas ao longo da via. Estranhou que o pavimento ainda não esteja colocado na totalidade, dado que as tampas das infraestruturas já estão ao nível do alcatrão, mas, se assim for, é um aspeto que terá que ser tido em conta e resolvido. Salientou que é impossível que, no espaço da obra, se mantenha o número de lugares de estacionamento. -----

Em complemento, a Sra. Presidente confirmou que a camada de desgaste da rua Coronel Garcês Teixeira ainda não está aplicada e que o número de lugares de estacionamento não se altera na área total da intervenção, apesar da mudança de localização. Referiu que grande parte dos edifícios têm garagem, as quais são utilizadas para outros fins e quando a Câmara intervém em espaço público conta com esses lugares; não é uma situação exclusiva desta artéria, mas cria pressão no espaço público. Salientou que as cidades devem ser para os peões e que, para segurança destes, devem procurar diminuir/acalmar a velocidade, e é isso que procuram com o estreitamento das vias; se calhar, podiam ter optado por outra(s) solução(ções) e eventualmente por outros materiais, mas o projeto que está a ser executado teve por base um estudo de tráfego e foi objeto de apresentação e discussão pública, e é um facto que foram convidados a participar num prémio nacional de arquitetura com a intervenção realizada na avenida Nuno Álvares Pereira. Salientou que as intervenções que realizarem em espaço público irão sempre dar prioridade ao peão, procurando diminuir a utilização de carro



61

próprio, ao mesmo tempo que, paulatinamente, continuarão a apostar numa rede de transportes públicos e numa rede de modos suaves de deslocação. -----

A Sra. Vereadora Lurdes Fernandes pediu informação sobre o prazo da obra. -----

Em resposta, a Sra. Presidente referiu que não foi possível efetuar o alcatroamento e é provável que o prazo de execução tenha que ser prorrogado, mas aguardam a reunião de obra, que tem lugar hoje ou amanhã. -----

O Sr. Vereador Tiago Carrão disse que a verdade interessa bastante e, por isso, **requer** que seja apresentado um levantamento do número de lugares de estacionamento existentes na rua Coronel Garcês Teixeira antes e após a empreitada, para poderem averiguar se estes se mantêm ou se, como calcularam, se opera uma redução de cerca de trinta por cento. Perguntou se as viaturas até aqui afetadas aos Transportes Urbanos chegam ao seu fim de vida ou se está prevista alguma utilização. Mostrou perplexidade por ainda se estar a tentar perceber a capacidade das baterias das viaturas elétricas, porque isso deveria ter sido estudado antes da aquisição. Perguntou o que está previsto, a curto e médio prazo, em termos de eventual delegação da limpeza urbana e jardins na Junta da União das Freguesias de São João Baptista e Santa Maria dos Olivais e se foi aprovada, ou houve pedido para prorrogação do prazo de execução das obras da envolvente à Biblioteca Municipal, que julga ter terminado em novembro. Referiu que, em março do ano passado, foi adiantado pelo Sr. Vereador Hugo Cristóvão, e, três meses depois, reforçado pela Sra. Presidente ao Médio Tejo, que estaria a ser preparado um projeto para requalificação do Estádio Municipal, com conclusão prevista para o verão desse ano, num investimento da ordem dos três milhões de euros, e gostaria de saber para quando se prevê a conclusão do projeto e a execução da obra e qual é realmente o valor da mesma, porque, no orçamento para o corrente ano, se prevê uma verba de cerca de sessenta e quatro mil euros para o projeto e, para a obra, um milhão de euros no ano de dois mil e vinte e quatro e outro milhão de euros no ano seguinte. -----

Em resposta, a Sra. Presidente referiu que as viaturas substituídas estão em muito mau estado e os serviços estão a avaliar as condições e os custos de uma eventual requalificação daquela(s) que possa(m) estar em melhores condições, por exemplo para utilização como alternativa ao autocarro de cinquenta lugares para número mais reduzidos de passageiros. Informou que as seis viaturas novas foram adquiridas tendo por base os dois circuitos dos Transportes Urbanos de Tomar que estão implementados e um terceiro circuito aprovado no mandato anterior; sabem que a autonomia indicada pelos fabricantes nem sempre se verifica na prática devido ao tipo de condução praticado e é isso que, preventivamente, estão a testar



62

antes de os colocarem todos a funcionar. Sobre a obra na envolvente da Biblioteca, informou que os fornecedores dos materiais a utilizar na fase final estão a pedir pagamentos adiantados à empresa e esta solicitou adiantamento ao Município, pedido que foi deferido mediante caução, estando a decorrer o prazo para a sua apresentação. -----

Em resposta, o Sr. Vereador Hugo Cristóvão informou que está a ser trabalhado com a Junta da União das Freguesias de São João Baptista e Santa Maria dos Olivais as condições e recursos a afetar à delegação de competências nas áreas de limpeza urbana e espaços verdes, mediante contrato interadministrativo, nomeadamente na zona a norte/nordeste da rua de Coimbra (toda a zona do Bairro Primeiro de Maio, Choromela e Casa dos Frandes), na rua de Leiria e Estrada do Prado, e a partir do chamado Bairro da Caixa até ao cemitério de Marmelais. Sobre o projeto de requalificação do Estádio Municipal referiu que até à conclusão do mesmo, e à elaboração do respetivo orçamento, os valores são meras estimativas; está numa fase muito avançada, mas teve que ser suspenso porque foram surpreendidos com a informação de que o estádio nunca teve uma licença, o que cria um problema acrescido dada a sua localização em zona ameaçada por cheia; tudo aquilo que se faça tem que ter o parecer da Agência Portuguesa do Ambiente, entre outras entidades, e o facto de o equipamento não ter licença atribuída anteriormente leva a que, em termos formais, se equipare à construção de um equipamento novo, com a agravante que os edifícios que existiam foram demolidos há vários anos, sem que tivesse havido o cuidado de acautelar que a demolição não viesse a acarretar prejuízo quando se voltasse a querer lá construir, se bem que isso não se pretendia e se queria mesmo apagar dali o equipamento; o que existe são balneários em contentores pré-fabricados e bancadas também pré-fabricadas e estão a fazer tudo para conseguir que volte a ser permitido construir naquele local, mas, em termos de instrumentos de gestão do território, a realidade é muito complexa e exigente; estão a tentar justificar perante as entidades que o estádio existiu ali durante décadas, mas não têm garantias que o vão conseguir; se não puderem avançar e tiverem que tentar descobrir outro local, será ainda mais complexo, porque não há terrenos disponíveis. -----

O Sr. Vereador Tiago Carrão requereu acesso ao processo que comprove todos os pareceres e informações prestadas pelo Sr. Vereador Hugo Cristóvão sobre o ponto da situação do projeto de requalificação do Estádio Municipal. Continuando, perguntou se, formalmente, não devia ocorrer um pedido de prorrogação do prazo de execução da obra da envolvente da Biblioteca Municipal e se há recursos humanos envolvidos no exercício das competências que se prevê delegar na Junta de Freguesia. -----



Em resposta, a Sra. Presidente confirmou que terá que haver pedido de prorrogação do prazo da obra. No que se refere à delegação de competências nas áreas de limpeza urbana e espaços verdes, esclareceu que não está prevista a afetação de recursos humanos; no ano de dois mil e vinte e três, está previsto transferir oitenta mil euros para o respetivo exercício nas áreas definidas no contrato interadministrativo, mas, no ano de dois mil e vinte e quatro, estas matérias serão integradas na descentralização de competências, estando a ser trabalhadas as propostas a apresentar às Juntas de Freguesia, para submissão às respetivas Assembleias de Freguesia, e proposta de deliberação à Assembleia Municipal, na sessão de abril, para comunicação à Direção-Geral das Autarquias Locais durante o mês de maio. -----

O Sr. Vereador Luís Francisco referiu que, no ano passado, a autarquia recebeu o galardão de Autarquia Familiarmente Responsável, mas, este ano, isso não aconteceu e gostaria de saber porquê. Perguntou qual é o ponto da situação da empreitada de execução dos arranjos exteriores e arruamentos no Flecheiro e do processo de realojamento das famílias de etnia cigana, e se a permanência de algumas famílias no local está a ter implicações no início da obra. Frisou que, na sua opinião, o pavimento betuminoso já foi colocado na rua Coronel Garcês Teixeira, e que, mais do que as obras em si, importaria que, quando se pensam determinados projetos, se tivesse em conta a cidade onde serão executados, neste caso que Tomar não é uma grande metrópole, mas sim uma cidade do interior detentora de outro tipo de condições e de identidade em termos de acessos, estacionamento e mobilidade; o peão pode ser privilegiado, mas não pode ignorar-se que, muitas vezes, também são automobilistas, e moradores, e que dar privilégios às pessoas envolve equacionar vários aspetos; pessoalmente, acompanhou o projeto desde o início e, tal como o cidadão comum, perante o aumento de passeios, o estreitamento de estradas, a execução de rampas de acesso a garagens que dificilmente um carro vai subir sem ter problemas, a deslocação do estacionamento de uma zona com mais habitação para uma zona com menos habitação, não lhe parece que isso tenha acontecido, mas está executado e quem tem a capacidade para assim decidir tem que assumir as responsabilidades da decisão, e agora da solução das questões que estão identificadas e que carecem de revisão.-----

Em resposta, a Sra. Presidente informou que se aguarda o visto do Tribunal do Contas ao contrato da empreitada de execução dos arranjos exteriores e arruamentos no Flecheiro, adjudicada em novembro.-----

Em complemento, o Sr. Vereador Hugo Cristóvão referiu que ainda estão no Flecheiro quatro famílias, as quais serão realojadas assim que os locais onde vão ser realojadas estejam



prontos, sendo certo que não será isso que prejudicará o início da obra. No que se refere às obras, referiu que, em muitas questões, têm perceções diferentes; em Tomar, está tudo a cinco minutos, mas, se quem tem que tomar decisões não fizesse nada até dentro da escola os carros entravam; tiveram que colocar pilaretes à porta de quase todas as escolas para criar zonas de segurança sem carros e estas intervenções também estão relacionadas com essa necessidade de melhorar o conforto de quem se desloca a pé e aumentar a sua segurança.----

Em resposta, a Sra. Vereadora Filipa Fernandes deu nota que vai solicitar aos serviços a informação solicitada sobre o galardão das Autarquias Familiarmente Responsáveis.-----

A Sra. Vereadora Lurdes Fernandes pediu informação atualizada sobre o procedimento de revisão da carta educativa, iniciado em dois mil e vinte, tendo em conta o texto publicado, no dia seis de janeiro, no sítio institucional do Município, e o pedido de novos contributos.-----

Em resposta, o Sr. Vereador Hugo Cristóvão referiu que, em dois mil e vinte, com a pandemia, a fase de diagnóstico do procedimento de revisão da carta educativa sofreu atraso; no ano de dois mil e vinte e um, dada a proximidade das eleições, e a campanha eleitoral, não sendo um documento urgente, foi entendido não promover a sua discussão; entretanto, saíram os dados dos Censos de dois mil e vinte um, e entenderam adequado considerar esses dados e fazer novamente o trabalho de diagnóstico, particularmente junto dos agrupamentos de escolas, o que aconteceu ao longo do ano de dois mil e vinte e dois; novamente concluída a fase de diagnóstico, optaram por colocar de novo à disposição da comunidade educativa em geral a possibilidade de dar contributos, e abriram novamente a fase de questionário, até ao próximo dia vinte e dois. -----

O Sr. Vereador Luís Francisco referiu que, ao longo dos anos, a carta educativa tem vindo a ficar pendente, e, pelo curto prazo agora concedido para resposta ao inquérito, parece continuar a não haver vontade de querer fazer um documento sério sobre o assunto, envolvendo de facto a comunidade, e com vários tipos de abordagens, permitindo assim ações de remendo e, tal como noutras áreas, sem enquadramento num plano estratégico, que devia ser definido. -----

Terminado o Período de "Antes da Ordem do Dia", a Câmara passou a deliberar de acordo com a Ordem do Dia: -----

BALANCETE: - Foi presente o balancete (Resumo Diário de Tesouraria) do movimento de fundos de Tesouraria Municipal, do dia seis de janeiro de dois mil e vinte e três, o qual acusa os seguintes saldos: três milhões, novecentos e cinquenta e três mil, trezentos e sessenta e quatro euros e oitenta e cinco cêntimos (3.953.364,85€) em Operações Orçamentais, e



65

trezentos e sete mil, cinquenta e três euros e onze cêntimos (307.053,11€) em Operações Não Orçamentais.-----

PROPOSTAS:-----

PROPOSTAS DA PRESIDENTE:-----

N.º 01 – TARIFÁRIO DA TEJO AMBIENTE, EIM, SA PARA O ANO DE 2023 -----

Foi presente proposta da Sra. Presidente submetendo a aprovação do Executivo Municipal proposta de atualização das tarifas dos serviços prestados pela Tejo Ambiente, EIM, SA, para o ano de 2023, nos respetivos termos e fundamentos.-----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou aprovar o tarifário proposto, nos termos da alínea e) do n.º 1 do artigo 33.º do regime jurídico das autarquias locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação.---

Esta deliberação foi tomada por quatro votos a favor e três votos contra da Sra. Vereadora Maria de Lurdes Ferromau Fernandes e dos Srs. Vereadores Tiago Manuel Henriques Ferreira Carrão e Luís António Antunes Francisco, com a seguinte declaração de voto: "Em meados de 2022 foi aprovado um aumento extraordinário do tarifário da Tejo Ambiente na ordem dos 23,37%, tendo conta: que a empresa acumulava prejuízos há dois anos consecutivos; que nesse ano com a estrutura de custos existente se perspetivava ir haver prejuízo e que tal implicaria o encerramento da empresa por via legal (situação entretanto contornada em acordo com o Governo); que o Estudo de Viabilidade Económica e Financeira (EVEF) realizado para o lançamento da empresa continha erros. Como forma de resolver o problema foi então aprovado um aumento dos preços a suportar pelos utilizadores, imputando à população a sustentação da empresa, tendo em vista mais valias futuras que a mesma poderá trazer.-----

Atualmente, menos de 6 meses após o referido aumento, avança-se com uma proposta de atualização do tarifário considerando a inflação, tendo em conta: haver parecer favorável da Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR), que autoriza o aumento das tarifas, em 6,7% para os serviços referentes ao Abastecimento de Água e de Saneamento de Águas Residuais e de 8,13% no referente à Recolha de Resíduos Urbanos indiferenciados. Assim, o Conselho de Administração e a Assembleia Geral da Tejo Ambiente deliberaram o aumento de tarifário para 2023, genericamente para todo o tipo de serviços prestados pela empresa, em 6,7% (considerando o valor mais baixo aprovado pela ERSAR). Em face da Lei a proposta tem de ser submetida à aprovação dos executivos dos municípios parceiros na Tejo Ambiente. -----

Nestas circunstâncias levantam-se algumas questões: Como tem sido a evolução dos



custos/gastos da Tejo Ambiente? Em face dos prejuízos passados tem havido contenção e controlo? Qual o resultado da Tejo Ambiente expectável para 2022? Será de crer, conforme se indicava na proposta de Orçamento da CMT, de que irá novamente haver prejuízo e de que a Câmara terá de subvencionar este prejuízo? A evolução e o controlo dos gastos/custos da Tejo Ambiente, têm sido no sentido de evitar aumentos de tarifário, bem como de permitir a adequação deste à acessibilidade económica por parte dos utilizadores aos serviços prestados? Qual o impacto dos investimentos efetuados e a efetuar, no controlo de custos/gastos/perdas, na eficiência e eficácia do serviço, minimizando a necessidade de aumento do tarifário no futuro, nomeadamente no que respeita às perdas de água? -----

Os Vereadores do PSD consideram que: a atualização do tarifário da Tejo Ambiente por via da inflação, seria normal e aceitável; contudo, tendo havido uma atualização extraordinária de preços há menos de 6 meses, na ordem do 23,37%, parece imoral e abusivo ir exigir aos utilizadores que novamente suportem um aumento, agora na ordem dos 6,7%, que acresce sobre o aumento já havido, resultando em menos de um ano num incremento de tarifas na ordem dos 31,65%. Considera-se que a Administração da Tejo Ambiente deve procurar rentabilizar os recursos disponíveis, poupando nos custos e evitando perdas, procurando ser mais eficaz, fazendo o mesmo ou mais com menos recursos/gastos, acomodando-se assim ao aumento de preços por via da inflação. Não se considera justo, em tempo de dificuldade económica, pedir mais sacrifício à população, num bem essencial e em serviço público. Pelo que os Vereadores do PSD votam contra a proposta apresentada.”. -----

No âmbito do ponto anterior, para além das questões refletidas na declaração de voto, o Sr. Vereador Luis Francisco perguntou o que acontecerá se algum dos órgãos executivos dos municípios não aprovar o tarifário, quais os prazos para conclusão do processo de aprovação e se é matéria que tenha que ser sujeita à Assembleia Municipal. -----

Em resposta, a Sra. Presidente referiu que, anualmente, o tarifário tem que ser objeto de atualização ordinária tendo a empresa elaborado a proposta inicial com base na fórmula que consta do Estudo de Viabilidade Económica e Financeira; a Entidade Reguladora pronunciou-se sobre a mesma e os órgãos da Tejo Ambiente, acolhendo parcialmente o parecer desta, aprovaram uma nova proposta, que tem em conta o índice harmonizado de preços ao consumidor e aplica aos três subsistemas a fasquia mínima autorizada pela ERSAR; a aprovação das tarifas é da competência das Câmaras Municipais, e começarão a ser aplicadas quando estiverem aprovadas nos órgãos executivos dos seis municípios e forem comunicadas à ERSAR. Referiu que compreende a preocupação que encerram as demais questões, mas não



67

estão diretamente relacionadas com o tarifário e não possui dados para responder aqui e agora, sendo certo que o Plano de Atividades e Orçamento já foi aprovado pela Assembleia Geral, e será aqui apresentado em breve, assim como uma série de outros pontos, sobretudo de regulação da ação das duas entidades, e que, este ano, apesar de estar previsto em orçamento, não vai haver necessidade de subvenção por parte do Município. -----

O Sr. Vereador Luís Francisco referiu que, no início do ano, é normal a atualização dos preços para a generalidade deste tipo de serviços, mas o aumento pode ser zero, que é o que devia acontecer tendo em conta que são serviços essenciais para a população e que houve um aumento extraordinário em agosto, que, de algum modo, comportava um período que se entendia mais longo; desta forma, na prática, em menos de um ano, o aumento é superior a trinta por cento. -----

Em resposta, a Sra. Presidente recordou que uma das grandes críticas que foi feita ao aumento extraordinário e à revisão do Estudo de Viabilidade Económica e Financeira foi que não contemplava o nível da inflação, e ela continuou a disparar; se o aumento fosse zero o suporte teria que acontecer por via da subvenção. Referiu que a água é um bem essencial e o seu fornecimento ao consumidor um serviço público essencial, e que a tarifa devia ser igual em todo o território, mas, enquanto isso não acontece, por mais que custe, o aumento tem que acontecer; nos escalões mais baixos, o aumento não chega a um euro, mas não deixarão de avaliar e, se for necessário, de ajudar as famílias na fatura da água, acionando o mecanismo de apoio a famílias emergentes, que está previsto no orçamento municipal. -----

O Sr. Vereador Luís Francisco referiu que o aumento acaba por penalizar toda a gente e a questão que se coloca é se é justo e moral este aumento em duplicado, porque o EVEF está feito a preços constantes, de dois mil e vinte e dois, e o aumento que se operou em agosto já considerou a inflação e para o novo aumento está-se a considerar a inflação de um ano inteiro; é bom que o resultado positivo aconteça, mas não pode acontecer apenas por via do aumento das tarifas e tem que haver poupança de custos e algum cuidado na gestão. -----

Em resposta a Sra. Presidente referiu que ninguém se sente confortável a propor um aumento de tarifário, até pelas dificuldades que estão a passar. Salientou que vão ter que ponderar a continuação dos tarifários sociais, cujos custos são da responsabilidade do município, e a forma de acordo a estabelecer com a empresa intermunicipal para o efeito, mas há famílias que não têm enquadramento nesses tarifários e que precisam igualmente de apoio, e é a essas que se destina o mecanismo de apoio previsto no orçamento. -----



68

O Sr. Vereador Tiago Carrão referiu que, há cerca de seis meses, com a revisão do EVEF e o aumento extraordinário das tarifas, foi pedido um esforço extraordinário aos consumidores para salvar a sustentabilidade e o futuro da empresa; aparentemente, isso terá sido conseguido e os resultados de dois mil e vinte e dois serão positivos; seis meses depois, num ano que se prevê particularmente difícil para pessoas, empresas e famílias, seria de inteira justiça que houvesse agora um esforço por parte da empresa para ajudar a apoiar as pessoas, mas a verdade é que estão a ser propostos novos aumentos de seis vírgula sete por cento (e as pensões terão um aumento máximo de cerca de quatro vírgula oitenta e três por cento) e, como as dificuldades são conhecidas, está a ser preparada uma medida de apoio; é uma opção muito difícil de explicar às pessoas, tanto mais que têm imensas falhas no abastecimento de água, em especial nas freguesias de Sabacheira e de São Pedro de Tomar, e lhes é prestado um serviço de má qualidade; o sacrifício extraordinário que Tomar teve no ano anterior, é um fator diferenciados comparativamente com os restantes municípios e boa parte deles aumentaram apenas dois vírgula sete por cento, e outros optaram mesmo por não o fazer.----

Em resposta, a Sra. Presidente referiu que a estrutura de custos fixos da empresa Intermunicipal ainda não permite esse tipo de opção e, se o entenderem, e tiverem condições financeiras para isso, terão que ser os municípios a apoiar as famílias.-----

N.º 02 – PROTOCOLO GENÉRICO DE PARTICIPAÇÃO PELA EXECUÇÃO DE TRABALHOS DE REPAVIMENTAÇÃO DE VIAS, NÃO COFINANCIADOS E EXECUTADOS NO ÂMBITO DAS EMPREITADAS DE SANEAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS DA TEJO AMBIENTE, EIM, SA -----

Foi presente a seguinte proposta da Sra. Presidente: -----

Quer o Município de Tomar quer a Tejo Ambiente realizem empreitadas que implicam trabalhos que são competência de uma entidade diferente do dono da obra.-----

Por exemplo, quando Município realiza uma empreitada de requalificação urbana, não faz sentido que na mesma empreitada não estejam contemplados trabalhos de remodelação de condutas, sejam de abastecimento público de água, sejam de saneamento de águas residuais, competência esta da Tejo Ambiente. -----

Por outro lado, quando a Tejo Ambiente realiza empreitadas de requalificação e beneficiação das redes de abastecimento, redes de drenagem de águas residuais, redes de esgotos entre outros, e nos casos que se justifique deverão ser incluídos trabalhos de requalificação de pavimentos ou outros, competência essa do Município de Tomar.-----

Ora importa regular a participação financeira de cada entidade (quando em sede de



contratação pública não é utilizada a figura de agrupamento de entidades adjudicantes). -----
Assim, propõe-se a aprovação do protocolo genérico de participação entre as duas entidades, que quando aplicado em caso concreto, deverá ser aprovado em reunião de câmara. -----

Mais informo que após aprovação do protocolo genérico de participação, serão presentes a reunião de câmara para aprovação, os protocolos referentes às seguintes empreitadas: Subsistema de Saneamento de Águas Residuais do Maxial, Subsistema de Saneamento de Águas Residuais de Valdonas e Requalificação do Largo do Rossio em Cem Soldos. -----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou aprovar a minuta do protocolo genérico de participação pela execução de trabalhos de repavimentação de vias, não cofinanciados e executados no âmbito das empreitadas de saneamento de águas residuais da Tejo Ambiente, nos termos propostos. -----

Esta deliberação foi tomada por quatro votos a favor e três votos contra da Sra. Vereadora Maria de Lurdes Ferromau Fernandes e dos Srs. Vereadores Tiago Manuel Henriques Ferreira Carrão e Luís António Antunes Francisco, com a seguinte declaração de voto: "O protocolo genérico de participação pela execução de trabalhos de repavimentação de vias, não cofinanciados e executados no âmbito das empreitadas de saneamento de águas residuais da Tejo Ambiente apresentado é acompanhado da informação da Presidente que indica os protocolos a aprovar a curto prazo para os subsistemas do Maxial, Valdonas e Cem Soldos.-----

Tendo em conta as diversas intervenções do PSD em reunião de Câmara sobre esta necessidade de pavimentação após obras de saneamento, com um alerta recente para a freguesia de São Pedro. Estranhámos por isso que o território não seja todo tratado por igual, aplicando os recursos disponíveis de forma equilibrada e respondendo. -----

Não o fazer, é uma injustiça para com a população que deve ser tratada por igual. Assim, apesar de concordarmos com o protocolo genérico, os Vereadores do PSD votam contra este ponto por não concordarmos com o tratamento desigual do território."-----

No âmbito do ponto anterior, o Sr. Vereador Tiago Carrão perguntou se a reposição de pavimentos no âmbito da empreitada do subsistema de São Pedro não vai ser objeto de protocolo e, se assim for, qual é a justificação para um tratamento desigual.-----

Em resposta, a Sra. Presidente referiu que só a abertura de vala é financiada no âmbito do POSEUR, e terá que ser a Câmara a financiar o remanescente da intervenção; os serviços procederam a uma avaliação técnica dos locais que têm maior ou menor carga de trânsito, e dos que estão em pior estado, e são esses que vão considerar nos protocolos específicos que



70

submeterão de seguida, acompanhados da informação financeira necessária, envolvendo uma comparticipação de cerca de um milhão de euros; têm muito mais carga de trânsito do que algumas das estradas que estão englobadas na empreitada de São Pedro onde a intervenção será realizada por administração direta, após a conclusão da empreitada, conforme está acordado e planificado com a empresa intermunicipal; tem conhecimento que, na semana passada, a Junta de Freguesia de São Pedro de Tomar escreveu para a Tejo Ambiente, mas, como já aqui disse, não vão ter as estradas todas alcatroadas; nalgumas passam meia dúzia de carros, e só há uma diferença de cor no pavimento, e não se justifica o investimento; coisa diferente, são as zonas que foram pavimentadas pela empresa adjudicatária que, conforme foi identificado, estão mal pavimentadas, o que terá que ser corrigido no âmbito da empreitada. -

O Sr. Vereador Tiago Carrão requereu a apresentação das especificações técnicas que a Sra. Presidente referiu, que demonstram e justificam esta opção de diferenciação das vias da freguesia de São Pedro. -----

N.º 03 – CEDÊNCIA DO AUTOCARRO NO MÊS DE DEZEMBRO DE 2022 -----

Foi presente proposta da Sra. Presidente referente à informação n.º 661/2022 da Presidência, submetendo a ratificação do Executivo Municipal a cedência do autocarro do Município no mês de dezembro. -----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, homologando a referida informação, deliberou ratificar os apoios prestados, no montante global de 5.317,905€ (cinco mil, trezentos e dezassete euros e noventa cêntimos). -----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

No âmbito do ponto anterior, o Sr. Vereador Luís Francisco referiu que continua a entender que, independentemente da maior ou menor expressividade dos valores, estes devem ser minimamente demonstrados a quem tem que decidir. Reforçou que está a haver aumentos do custo do gasóleo e das reparações, por exemplo, e não parece coerente que o coeficiente se mantenha sem revisão, mas, para que possam ser críticos e atuar, se tal se justificar, os cálculos têm que ser demonstrados. -----

Em resposta, a Sra. Presidente referiu que vai avaliar com os serviços a questão do coeficiente e tentar melhorar de alguma forma a informação que é prestada.-----

INFORMAÇÕES: -----

INFORMAÇÃO DA PRESIDENTE:-----

N.º 04 – COMPETÊNCIAS DA CÂMARA MUNICIPAL DELEGADAS POR DELIBERAÇÃO DE 20 DE OUTUBRO DE 2021 -----



Foram presentes, para conhecimento, os despachos efetuados em dezembro pela Sra. Presidente, no uso das competências delegadas pela Câmara Municipal, por deliberação de 20 de outubro de 2021.-----

A Câmara tomou conhecimento.-----

No âmbito do ponto anterior, o Sr. Vereador Tiago Carrão referiu que, desde o início, a Sra. Presidente tem afirmado que, em continuidade da empreitada de requalificação da Estrada Municipal quinhentos e vinte cinco, no troço entre a estrada Nacional cento e treze e São Simão, a obra em São Simão decorreria por administração direta, e gostaria de saber se as coisas já se estão a desenrolar nesse sentido.-----

Em resposta, a Sra. Presidente deu nota que o assunto está a ser trabalhado em conjunto com a Tejo Ambiente porque vão aproveitar para remodelar todas as condutas.-----

DEPARTAMENTO DE OBRAS MUNICIPAIS: -----

N.º 05 - PLANO DE CEDÊNCIA DE EQUIPAMENTOS ÀS JUNTAS DE FREGUESIA NO ANO DE 2023 -----

Foi presente proposta da Sra. Presidente submetendo a aprovação do Executivo Municipal o plano de cedência de equipamentos às juntas de freguesia do concelho no ano de 2023, nos termos e fundamentos da informação n.º 10440/2022 do Departamento de Obras Municipais. -

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, homologando a referida informação, deliberou aprovar o plano de cedência de equipamento às juntas de freguesia do concelho no ano de 2023.-----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

No âmbito do ponto anterior, o Sr. Vereador Tiago Carrão requereu o relatório da cedência de equipamentos às Juntas de Freguesia no ano de dois mil e vinte e dois.-----

Em resposta, a Sra. Presidente indicou que é prática, em princípio durante o mês de fevereiro, prestar essa informação ao Executivo Municipal.-----

N.º 06 – EMPREITADA DE RECUPERAÇÃO/REQUALIFICAÇÃO DA IGREJA DE SÃO JOÃO BAPTISTA EM TOMAR (1.ª FASE) – atas das reuniões de segurança -----

Foram presentes, para conhecimento, as atas das reuniões de segurança da empreitada de recuperação/requalificação da Igreja de S. João Baptista (1.ª fase), realizadas no período compreendido entre 8 de setembro e 7 de dezembro de 2022 nos termos da alínea j) do n.º 2 do artigo 19.º do Decreto-Lei n.º 273/2003, de 29 de outubro.-----

A Câmara tomou conhecimento.-----

N.º 07 – EMPREITADA DE REQUALIFICAÇÃO DOS ESPAÇOS EXTERIORES DA RUA



72

CORONEL GARCÊS TEIXEIRA E AVENIDA DR. AURÉLIO RIBEIRO – atas das reuniões de segurança -----

Foram presentes, para conhecimento, as atas das reuniões de segurança da empreitada de requalificação dos espaços exteriores da Rua Coronel Garcês Teixeira e Avenida Dr. Aurélio Ribeiro, realizadas nos meses de setembro, outubro e novembro de 2022, nos termos da alínea j) do n.º 2 do artigo 19.º do Decreto-Lei n.º 273/2003, de 29 de outubro. -----

A Câmara tomou conhecimento.-----

DIVISÃO DE ASSOCIATIVISMO, DESPORTO E JUVENTUDE:-----

N.º 08 - UTILIZAÇÃO DE INSTALAÇÕES DESPORTIVAS MUNICIPAIS - Associação Luso Brasileira de Grappling-----

Foi presente proposta da Sra. Vereadora Filipa Fernandes submetendo a aprovação do Executivo Municipal a isenção do pagamento devido pela utilização do Pavilhão Municipal Cidade de Tomar, nos dias 15 de abril, 4 de novembro e 9 de dezembro, para realização do Campeonato Guerreiro Templário de Jiu Jitsu, organizado pela Associação Luso Brasileira de Grappling, nos termos e fundamentos da informação n.º 1560/2022 da Divisão de Associativismo, Desporto e Juventude.-----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, homologando a referida informação, deliberou isentar do pagamento devido pela utilização das instalações municipais, ao abrigo do n.º 4 do artigo 10.º do regulamento das Instalações Desportivas Municipais. -----
Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

DIVISÃO DE EDUCAÇÃO, INTERVENÇÃO SOCIAL E AMBIENTE:-----

N.º 09 – PREÇO DE VENDA DE PUBLICAÇÕES-----

Foi presente proposta do Sr. Vereador Hugo Cristóvão submetendo a aprovação do Executivo Municipal a venda em instalações municipais dos livros "História e Tradições de Tomar" e "Iria – Uma fantasia visigótica", de Carlos Trincão, nos termos e fundamentos da informação n.º 15/2023 da Divisão de Educação, Intervenção Social e Ambiente. -----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, homologando a referida informação, deliberou aprovar a venda dos livros "História e Tradições de Tomar" e "Iria – Uma fantasia visigótica", pelo valor de 5,00€ (cinco euros) e 12,00€ (doze euros), respetivamente.-
Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

No âmbito do ponto anterior, o Sr. Vereador Hugo Cristóvão sublinhou que a publicação "História e Tradições de Tomar", da autoria do professor Carlos Trincão, com ilustrações de Joana Aaltonen, que agora se coloca à disposição de toda a comunidade, é o manual da



73

disciplina curricular que, há dois anos, foi criada para o primeiro ciclo, primeiro apenas no Agrupamento de Escolas Templários, depois também no Agrupamento de Escolas Nuno de Santa Maria; é um importante instrumento para os alunos, professores e famílias, para melhor conhecer e estudar a história de Tomar ao longo dos séculos e o seu papel na história do país e mais uma demonstração da educação de excelência que Tomar proporciona aos alunos. -----

DIVISÃO DE GESTÃO DO TERRITÓRIO:-----

N.º 10 – LICENCIAMENTO DE CONSTRUÇÕES – isenção de taxas -----

Foi presente proposta do Sr. Vereador Hugo Cristóvão referente ao processo n.º 597/EDIF/DGT/2022, relativo a obras de alteração e ampliação de edificações destinadas a Jardim de Infância e Creche, sitas na rua Conde Ferreira, União das Freguesias de Tomar (São João Baptista) e Santa Maria dos Olivais, em que é requerente o Centro de Assistência Social de Tomar, submetendo a aprovação do Executivo Municipal a isenção das taxas a que se refere a informação n.º 21214/2022 da Divisão de Gestão do Território, nos respetivos termos e fundamentos. -----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, homologando a referida informação, deliberou isentar as taxas. -----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

DIVISÃO DE PROTEÇÃO CIVIL:-----

N.º 11 – CANIL/GATIL INTERMUNICIPAL DE TOMAR - PROTOCOLO COM A ASSOCIAÇÃO PROTETORA DOS ANIMAIS DA REGIÃO DO RIBATEJO (APAR) -----

Foi presente proposta da Sra. Presidente referente à informação n.º 93/DME/2022, submetendo a aprovação do Executivo Municipal a minuta do protocolo a celebrar com a Associação Protetora dos Animais da Região do Ribatejo (APAR) com o objetivo de definir o regime de colaboração na utilização e gestão do Canil/Gatil Intermunicipal de Tomar, nos respetivos termos e fundamentos.-----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou aprovar a minuta do protocolo nos seus exatos termos.-----

Esta deliberação foi tomada por quatro votos a favor e três votos contra da Sra. Vereadora Maria de Lurdes Ferromau Fernandes e dos Srs. Vereadores Tiago Manuel Henriques Ferreira Carrão e Luís António Antunes Francisco, com a seguinte declaração de voto: "Não estando em causa o trabalho meritório da Associação Protetora dos Animais da Região Ribatejo nem o espírito do protocolo em deliberação, o parecer jurídico que acompanha o processo é incontornável.-----



De acordo com o referido parecer jurídico, (...) juridicamente, o mesmo contém princípios ilegais e cláusulas que não poderão ter acolhimento jurídico (...)", entre outras informações preocupantes.-----

Enquanto decisores políticos, cabe ao executivo municipal deliberar dentro dos limites legais e apoiado em pareceres técnicos e jurídicos. Assim, tendo em conta o parecer jurídico apresentado, os Vereadores do PSD votam contra."-----

No âmbito do ponto anterior, o Sr. Vereador Tiago Carrão referiu que não põem em causa a associação e o mérito do trabalho que desenvolve, mas, na decisão, não podem deixar de ter em conta o parecer jurídico, em particular a frase "... sobre o conteúdo, salvo melhor opinião, juridicamente, o mesmo contém princípios ilegais e cláusulas que não poderão ter acolhimento jurídico ...", apesar da informação escrita que sobre o mesmo foi elaborada pelo Sr. Vereador Hélder Henriques, a quem desconhecia competências jurídicas. Sugeriu que da deliberação constasse a revogação do protocolo anterior. -----

Em resposta, o Sr. Vereador Hélder Henriques salientou que o protocolo se refere à colaboração que a associação, e a sua bolsa de voluntários, presta ao Canil/Gatil Intermunicipal de Tomar, não se destinando a apoiar especificamente a massa salarial dos recursos humanos da associação, nem à contratação de recursos humanos.-----

Em complemento, a Sra. Presidente referiu que a minuta do protocolo apresentada contém uma cláusula que revoga expressamente o protocolo antecedente. Defendeu a ideia de que o que se pretende não terá sido bem comunicado e/ou percebido na apreciação jurídica que consta do processo porque o que se pretende é regular a forma de relacionamento com uma associação que utiliza instalações municipais, e ali presta apoio, assim como os seus voluntários.-----

N.º 12 – CENTRO DE RECOLHA OFICIAL DE ANIMAIS DE TOMAR E FERREIRA DO ZÊZERE - PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO COM O MUNICÍPIO DE FERREIRA DO ZÊZERE

Foi presente proposta da Sra. Presidente referente à informação n.º 1/DME/2023, submetendo a aprovação do Executivo Municipal a minuta do protocolo de cooperação a celebrar com o Município de Ferreira do Zêzere relativo ao Centro de Recolha Oficial de Animais de Tomar e Ferreira do Zêzere, nos respetivos termos e fundamentos.-----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou aprovar a minuta do protocolo nos seus exatos termos.-----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

DIVISÃO DE TURISMO E CULTURA:-----



N.º 13 – CENTRO DE ESTUDOS EM FOTOGRAFIA DE TOMAR (CEFT) - Plano de Atividades para o ano 2023-----

Foi presente, para conhecimento, a informação n.º 1532/2022 da Divisão de Turismo e Cultura, acompanhada do plano de atividades do Centro de Estudos em Fotografia de Tomar para o corrente ano, elaborado pela Comissão Coordenadora. -----

A Câmara tomou conhecimento. -----

EXPEDIENTE:-----

N.º 14 - PLANO DE ATIVIDADES E ORÇAMENTO DA ADIRN PARA O ANO DE 2023-----

Foi presente, para conhecimento, o Plano de Atividades e Orçamento da ADIRN - Associação para o Desenvolvimento Integrado do Ribatejo Norte para o corrente ano.-----

A Câmara tomou conhecimento. -----

No âmbito do ponto anterior, a Sra. Vereadora Lurdes Fernandes referiu que esta associação foi criada há mais de trinta anos, tem tido um papel relevante para o território e tem expectativas em relação à estratégia dois mil e trinta, que está a ser definida; espera-se para o próximo quadro comunitário de apoio uma redução de fundos em cerca de quarenta por cento, ou mais, e é algo que preocupa, e deve preocupar o Município, tendo em conta que a ADIRN, tal como os demais Grupos de Ação Local, tem apoiado empresas, microempresas e entidades públicas com a concretização dos subprogramas que lhe estavam atribuídos; gostariam de saber qual é a posição da Câmara Municipal e os seus contributos ao esforço que está a ser feito pela ADIRN no âmbito da definição dessa estratégia.-----

Em resposta, a Sra. Vereadora Filipa Fernandes referiu que Tomar trabalhará em conjunto com os outros municípios que integram a associação para concretizar os objetivos de desenvolvimento dos respetivos concelhos, em cumprimento dos planos de atividades. -----

Em resposta, a Sra. Presidente referiu que se prevê a diminuição das verbas a afetar ao Desenvolvimento Local de Base Comunitária e aos Grupos de Ação Local cuja estratégia tem que se articular com as estratégias da Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo e da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro; teve lugar uma reunião entre a ADIRN e a CIMT e foi tomada uma posição conjunta manifestando desagrado pela diminuição das verbas do Programa de Desenvolvimento Rural e do Portugal dois mil e trinta; no âmbito da CIMT, o processo é acompanhado pelo Presidente da Câmara de Torres Novas, que presidente ao Conselho de Administração da ADIRN, e sabe que vão ser realizadas sessões com os Srs. Presidentes de Junta de Freguesia e com outros agentes para recolher contributos para a construção da estratégia para dois mil e trinta.-----



A Sra. Vereadora Lurdes Fernandes solicitou acesso à tomada de posição da Comunidade Intermunicipal referindo que seria relevante dar um contributo para a estratégia e, com a força dos recursos locais, turísticos, de natureza e outros, ter argumentação preparada para o fundamentar, e para tentar contrariar a diminuição de verbas que esteja a ser preparada; é quase certo que se pretende esvaziar um pouco esta intervenção territorial mais próxima, com atribuição mais ao nível das comunidades intermunicipais e das comissões de coordenação, e julgam que, desta forma, não se terão os resultados que têm sido alcançados, porque a proximidade aos agentes que podem apresentar os seus projetos e dinamizar os seus produtos e serviços, e o respetivo envolvimento, permite outros resultados. -----

Em resposta, a Sra. Presidente referiu que esta discussão sobre o papel dos Grupos de Ação Local é muito interessante sendo certo que há uma grande sobreposição de competências entre estes e as Comunidades Intermunicipais e que, para maximizarem os recursos para o território, é importante que isso não aconteça; as competências das comunidades intermunicipais estão na lei e estão a aumentar cada vez mais e, se calhar, têm que arranjar formas de complementaridade do trabalho dos Grupos de Ação Local; pensa que estes podem fazer a diferença nos chamados circuitos curtos, ou seja naquilo que é a ligação dos produtores aos consumidores finais, e que há espaço para trabalharem sem sobreposição às competências das Comunidades Intermunicipais, nomeadamente na área do turismo, onde já tem que haver também articulação com as entidades regionais de turismo; acresce que também têm que estar alinhados com a estratégia da nova região, que integra o Oeste, que é muito forte nestas matérias da agricultura. -----

N.º 15 – UTILIZAÇÃO DO AUTOCARRO MUNICIPAL – União Futebol Comércio e Indústria de Tomar-----

Foi presente proposta da Sra. Presidente submetendo a ratificação do Executivo Municipal o despacho que autorizou a utilização do autocarro, no dia 18 de dezembro, no âmbito da participação no Campeonato Nacional de SUB15, com o custo estimado de 566,10€ (quinhentos e sessenta e seis euros e dez cêntimos), e portagens a cargo da entidade.

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou ratificar o despacho, ao abrigo do n.º 3 do artigo 35.º do regime jurídico das autarquias locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

N.º 16 – UTILIZAÇÃO DO AUTOCARRO MUNICIPAL – Junta de Freguesia de Paialvo---



Foi presente proposta da Sra. Presidente submetendo a ratificação do Executivo Municipal o despacho que autorizou a utilização do autocarro, no dia 21 de dezembro, para transporte de alunos da EB1 Curvaceiras ao cinema de Torres Novas, com o custo estimado de 137,275€ (cento e trinta e sete euros e vinte sete cêntimos). -----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou ratificar o despacho, ao abrigo do n.º 3 do artigo 35.º do regime jurídico das autarquias locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

N.º 17 – UTILIZAÇÃO DO AUTOCARRO MUNICIPAL - Associação Juvenil Ucrâniana CYM em Portugal -----

Foi presente proposta da Sra. Presidente submetendo a ratificação do Executivo Municipal o despacho que autorizou a utilização do autocarro, no dia 27 de dezembro, no âmbito de visita guiada de refugiados da Ucrânia ao Convento de Cristo, com o custo estimado de 170,73€ (cento e setenta euros e setenta e três cêntimos). -----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou ratificar o despacho, ao abrigo do n.º 3 do artigo 35.º do regime jurídico das autarquias locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

Terminados os trabalhos, sendo onze horas e quarenta e quatro minutos, a Sra. Presidente declarou, em nome da Lei, encerrada a reunião.-----

Para constar se lavrou a presente ata, que eu, Avelina Maria Lopes Leal, Coordenadora Técnica, designada para o efeito pelo despacho 25/2015 da senhora Presidente da Câmara Municipal, de 25 de fevereiro, mandei escrever e subscrevo.---